COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 62, DE 2003

Emendas do Senado ao Projeto de Lei 62-C, de 2003, que “Acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”.

Autor: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame

Relatora: Deputada Ana Arraes

I - RELATÓRIO

O Projeto de lei nº 62-D, de 2003, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, aprovado nesta Câmara dos Deputados, foi enviado a Casa revisora onde recebeu emendas modificativas do Relator Senador José Maranhão.

O projeto propõe a inclusão de inciso ao art. 51 do Código de Defesa do Consumidor, que nos dá um rol de cláusulas abusivas e nulas de pleno direito, relativas ao fornecimento de produtos e serviços.

O texto original do novo inciso é o seguinte:

“XVII – que resultem na inclusão automática do consumidor, na qualidade de sócio, seja ostensivo ou oculto, cotista ou acionista de qualquer modalidade de sociedade comercial, inclusive na denominada sociedade em conta de participação”

O texto proposto no Senado Federal é o seguinte:

“XVII – que resultem na inclusão compulsória do consumidor como cotista ou acionista de qualquer tipo de sociedade empresária ou como sócio ostensivo de sociedade em conta de participação”.

As emendas foram apresentadas no intuito de corrigir divergência entre projeto original e a melhor técnica legislativa, especialmente

na atualização e especificação de alguns conceitos jurídicos. As justificativas do autor das emendas, com as quais concordamos, se encontram em parecer anexo neste processo às páginas 7-12, especificamente nas páginas 10,11 e 12, onde o Senador Maranhão expõe os motivos porque propôs suas modificações.

É o relatório

II - VOTO DA RELATORA

A iniciativa do Deputado Mendes Thame é louvável, pois busca criar mais um dispositivo de proteção do consumidor contra cláusulas abusivas que aparecem em diversos contratos envolvendo relações de consumo.

As emendas propostas no Senado Federal vêm somar à proposta original, pois se destinam a corrigir alguns pontos específicos, aprimorando a técnica legislativa e a precisão de alguns conceitos, sem desvirtuar a idéia inicial do autor.

Ante o exposto, somos pela aprovação das Emendas nº 1 e nº 2 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 62, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputada Ana Arraes
Relatora